



O DESPERTAR

BOLETIM RELIGIOSO DA IGREJA LUSITANA

Director — L. DE FIGUEIREDO

Redactores — A. FERREIRA ARBIOL — SAUL DE SOUSA

Redactor correspondente no Brasil — OCTACÍLIO M. DA COSTA

Redacção — Calçada das Lages, 6 — Lisboa

Administração — F. V. D' OLIVEIRA — Rua do 1.º de Maio, 54, 2.º — V. N. de Gaia

Composição e impressão: Empresa Técnica de Tipografia, Lda. — Vila Franca de Xira

MENSAGEM EPISCOPAL

Advento

NÃO é necessário aprofundar muito o Novo Testamento para reconhecer a atitude de expectação em que vivia a Igreja primitiva.

Para os primeiros cristãos, estava iminente a segunda vinda do Senhor, a «parousia». Dessa convicção, eles tiraram, em grande parte, coragem para suportarem as dificuldades e perseguições, e estímulo para se esforçarem em espalhar o conhecimento de Cristo.

Era uma expectativa alegre, visto que a vinda de Jesus ia pôr fim às suas tristezas e lutas e tornar possível verem face a face aquele Salvador em Quem haviam crido.

A Igreja, nesta quadra do Advento, exorta-nos através das lições e orações da Liturgia, a renovar esta atitude de expectativa, tão conforme ao espírito do Novo Testamento e por isso mesmo tão salutar.

Mas não estavam porventura enganados os cristãos do tempo dos Apóstolos ao julgarem muito próxima a segunda vinda?

Não eram de facto correctas todas as ideias que eles faziam da «parousia», mas a sua atitude estava certa porque a vinda do Senhor, que esperamos, não é apenas um acontecimento futuro, é também, de algum modo, uma experiência actual, um acontecimento de todos os dias. «Os últimos tempos manifestam-se já na presente vida dos cristãos e essa vida presente é governada pelos últimos tempos» (Kittel). «Não reparar nisto, é deixar de compreender o segredo do cristianismo apostólico» (Ramsey).

Note-se que Aquele que nos ensinou a dizer, quando orássemos, «Venha o Teu Reino», foi o mesmo que peremptoriamente afirmou «certamente é chegado a vós o Reino de Deus».

«Perto está o Senhor!» podemos nós repetir, com o mesmo entusiasmo que S. Paulo. Na verdade, aquele que há-de vir em glória no fim dos tempos é o mesmo que agora **vem**. Em cada Sacramento devidamente ministrado, em cada sermão em que se pregue a Palavra de Deus, nos grandes despertamentos religiosos, nas pequenas decisões que somadas fazem o carácter do cristão, nas tremendas crises mundiais, no leito de morte dum obscuro trabalhador, **Jesus vem!** E' Ele que vem, nos momentos decisivos da nossa vida.

Estaremos preparados para O encontrar, ou julgamos importante a Sua vinda? Eis uma pergunta que a Igreja nos chama a considerar, nesta quadra penitencial do Advento.

Oxalá que não se possa dizer de nenhum de nós o que Nosso Senhor disse de Jerusalém: «Não conhecestes o dia da tua visitação».

+ Luis, Bispo

EDITORIAL

Abriu a 11 de Outubro o Concílio Ecuménico Vaticano II, cuja primeira sessão terminou em 18 de Dezembro.

São 7 os esquemas que vão ser tratados: I — As Origens da Revelação: Escritura e Tradição; II — A Ordem Moral; III — O Depósito da Fé num mundo dominado por filosofias materialistas; IV — A Família e a Castidade; V — A Liturgia; VI — Os meios de Difusão da Igreja; VII — A Unidade da Igreja.

Cerca de quatro dezenas de observadores das diferentes Igrejas Reformadas assistem ao Concílio, tendo sido oficialmente recebidos pelo Papa João XXIII e pelo Cardeal Bea. Têm simples alocações, estes altos dignatários da Igreja de Roma dirigiram-se aos representantes do protestantismo com um eloquente e significativo — «meus irmãos em Cristo», — e manifestaram quanto era grande, ao recebê-los, a sua alegria. Evitando falar em unidade eclésica e não tocando, nem de longe, em qualquer ponto que pudesse lembrar o hipotético e paradoxal retorno puro e simples dos irmãos separados, repetido e repisado anteriormente por algumas autoridades secundárias da Igreja, sem responsabilidade no Concílio, tanto um como outro frizaram a esperança dum melhor contacto e dum maior entendimento entre todos os cristãos.

As congregações da Igreja Lusitana, por indicação do seu Bispo, D. Luís Pereira, têm orado todos os domingos rogando a Deus que inspire e toque com a Sua Graça todos os que ali estão reunidos, a fim de que, deste Concílio, que se está impondo pela atitude aberta e nobre, sábia e piedosa do Papa João XXIII, resulte algo de bem melhor para toda a cristandade até aqui separada com escândalo para o Mundo. Neste sentido se dirigiu ao Cardeal Patriarca D. Manuel Cerejeira que lhe respondeu em termos bastante amistosos.

Continua na página 5

NOTAS E COMENTÁRIOS

A IGREJA PORTUGUESA NA BALANÇA DOS CONCÍLIOS

A propósito do Concílio Vaticano II

Desde o princípio da era cristã que a Igreja, no seu mais profundo sentido católico, reunia neste ou naquele ponto da orbe conhecida, os bispos de toda a cristandade, para discutir as suas questões doutrinárias de Fé e de Ordem.

Quando Roma nos primeiros séculos da era cristã, ainda não dominava as diferentes igrejas nacionais, estas, em liberdade de movimentos, faziam prevalecer os seus pontos de vista peculiares, influenciando assim benéficamente no conjunto.

Ainda hoje toda a Igreja se sente indivisível, apesar das suas divisões orgânicas, pelos resultados dos primeiros concílios da Igreja. Estes concílios ecumênicos deram-nos a Bíblia tal e qual hoje a lemos; os Credos, profissão da Fé de todas as Igrejas; e a Liturgia, cuja estrutura fundamental vamos encontrar na base de todas as liturgias hoje conhecidas, quer sejam católicas, ortodoxas ou protestantes.

A Igreja primitiva não conheceu a preponderância de Roma. Não fazia ainda sentido a histórica frase, de tempos mais recentes: «Roma locuta est, causa finita est».

Na Reforma religiosa do século XVI, não se teria dado a divisão da cristandade, — ainda que não por sua culpa — se as liberdades primitivas se tivessem mantido, se os direitos das Igrejas Nacionais fossem respeitados, se os bispos das diferentes dioceses, espalhadas por todo o Mundo, mantivessem os prerrogativas que tinham nos primeiros séculos. Nem nunca a Igreja, sentimos nós, teria chegado ao estado de afastamento do Evangelho em que então se encontrava preocupada como estava em manter o seu poderio absoluto e temporal. O consenso geral da Igreja, no seu sentido católico, não o teria permitido.

O poder não imanava então de Roma, mas do conjunto de toda a Igreja, em reuniões ecumênicas, livres, abertas, frequentes e não afastadas de séculos, e sufocadas pela força absorvente e dominadora do poder central. Daí o desânimo de muitos pensarem que, neste Concílio do Vaticano II, nada poderá fazer-se nas condições ainda actuais da Igreja Romana, apesar de se verificar, sem dúvida, um movimento nascente de reforma dentro da Igreja.

A prova que houve inicialmente resistência contra o poder crescente de Roma, está no facto dos nossos primeiros reis, várias vezes, lhe terem batido o pé, quando tentava ingerir na nossa vida política e religiosa. Nesses primeiros anos da monarquia ainda ecoava a força, recentemente perdida, da Igreja Visigótica, de que a Igreja Lusitana fazia parte. E a perda da independência desta Igreja deu-se depois de duradoura luta, em que só venceu o partido de Roma, por ter a força política a seu lado (1). Interesses óbvios dos reis de Leão e Castela os levaram a procurar a protecção e o apoio de Roma, centro então da política europeia.

Esta luta dos nossos primeiros reis foi-se apagando a pouco e pouco, porém sem se extinguir de todo. E quando se dá o movimento liberal do início do século XIX, homens como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e outros, todos eles católicos, fizeram acordar os sentimentos da latente Igreja Lusitana. Mas o povo, adormecido nessa altura no interesse pela Igreja não os acompanhou, nem tão pouco ao grupo de padres e leigos que em 1880 restaurou a Igreja Lusitana.

Mas mesmo já antes da revolução de 1820, no tempo de Pombal, o Cavaleiro de Oliveira, então desterrado em Londres, havia escrito largamente sobre a independência da Igreja Lusitana, apoiando igualmente nos seus panfletos, com entusiasmo, o ensaio, para a época bastante ousado, do Padre António Pereira de Figueiredo, «A Tentativa Teológica». Esta publicação, em defesa das prerrogativas dos bispos portugueses, foi feita sob os olhares protectores de Pombal que nessa altura estava em luta com a Cúria romana, luta passageira de resto e sem qualquer resultado, no sentido da libertação da Igreja Portuguesa.

Concilia Ecumênicos

Ainda no início da nossa nacionalidade, Portugal, integrada a Igreja já no movimento da orbe romana, fez-se já representar no II concílio de Latrão por uma delegação chefiada pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar. Este nosso prelado, a fim de requerer uma reforma qualquer dos cônegos regrantes da Santa Cruz de Coimbra, questão de pura ordem interna, teve de dirigir-se a Roma. Foi na sua viagem a Roma que travou relações com S. Bernardo que enviaria os seus religiosos para Alcobaca, dando início a uma das maiores obras de povoamento e cultura da nossa história inicial. Dirão muitos que sempre a ida a Roma deu vantagens. Mas não se confundam a catolicidade com o poder centralizado da Igreja. São duas forças opostas, e isto já foi levantado neste mesmo concílio.

No IV concílio de Latrão (1245) os bispos portugueses queixaram-se do seu rei, D. Sancho II, em luta antiga com o clero. O monarca acabou por ser destronado por Inocêncio IV, em favor do seu irmão D. Afonso III. Toda a resistência de D. Sancho II foi infrutífera e acabou os seus dias desterrado em Toledo (1248).

No II concílio de Leão, o nosso representante foi Pedro Hispano que depois viria a ser o Papa João XXI, tal o valor e o brilhantismo da sua erudição verdadeiramente enciclopédica. Escreveu livros de medicina e de teologia, apreciados em todo o mundo culto, e alguns deles até adoptados em algumas universidades coevas.

Delegações portuguesas estiveram igualmente no concílio de Viena (1311), de Constança (1414), e no de Basileia (1431). Neste último (não considerado todavia ecumênico) levantou-se a questão da posse

das Canárias entre Portugal e Castela. O Bispo de Burgos exproboou a injustiça de Portugal na disputa destas ilhas, asseverando pertencerem, de pleno direito, a Castela. Nessa altura, Portugal não aceitou a decisão do concílio. Este por sinal acabou em desordem, com mútuas excomuniões. Só no reinado de Afonso V se reconheceu definitivamente o domínio de Castela sobre estas ilhas.

No V concílio de Latrão (1512) estiveram os representantes de D. Manuel I, D. Tristão da Cunha e os Drs. Diogo Pacheco, João de Faria e D. Miguel da Silva. Foi nessa altura que Portugal mandou a Roma, ao Papa Leão X, chefiada por Tristão da Cunha, uma das mais extraordinárias embaixadas que o Mundo jamais viu, com muitas e luxuosas carruagens e presentes valiosos em ouro e pedras preciosas. Acompanhava-a pelas ruas da cidade alguns exemplares de indígenas das terras descobertas que fizeram sensação, e animais exóticos, entre estes, elefantes, etc. . . Portugal então o empório do Mundo, com sérios inimigos na Europa, tinha necessidade de agradar a Roma, cuja influência política nos era necessária.

Reforma do século XVI

Dá-se então nesta época o movimento da Reforma que, alastrando pelas Igrejas da Alemanha, Inglaterra, Suíça, Holanda e Países Escandinavos, abalou benéficamente a cristandade. Libertas estas Igrejas, a sua teologia evoluiu no sentido da Verdade Evangélica. A par se seguiu o desenvolvimento dos respectivos povos, que, pelo estudo apegado da Bíblia e seu livre exame, tomaram consciência do valor individual na formação das sociedades e na vida e organização da Igreja.

Em Portugal infelizmente o mais pequeno surto reformista foi abafado a ferro e fogo. Damião de Góis, apodrecendo nas masmorras da Inquisição, é o símbolo dessa repressão dura e sem tréguas que durou até à revolução liberal.

O Concílio da Contra-Reforma

Roma que no princípio não se apercebeu da importância do movimento, pensando ser apenas questiúnculas entre frades, ficou depois, imensamente preocupada, e em 1545 reuniu o concílio de Trento para estudar a situação criada pela Reforma. Reinava D. João III. Na terceira abertura desse concílio, em 1561, entre outros, pela nobre figura de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, estava representado, Portugal.

Este excelso prelado lusitano, arcebispo de Braga, representava nesta época um sector que infelizmente não era o que havia de preponderar e vencer. E foi pena. A sua linguagem apostólica, a sua vida pura, alheia a grandezas deste Mundo, a sua sabedoria e erudição teológica à base evangélica, ficaram como símbolo da alma indomável da Igreja Lusitana.

A certa altura, D. Bartolomeu indignado com tantas questiúnculas, girando fora dos principais objectivos que ali os reuniam, proferiu então a célebre frase que ficou na História: «Os Ilustríssimos e Reverendíssimos Cardeaes não mister uma ilustríssima e reverendíssima reforma». E quando se discutia o celibato eclesiástico, pensando nos seus bons padres, espalhados para lá do Marão, gritou excitado com todas as veras do seu coração: «Poupem os meus transmontanos».

É certo que não poderia pensar-se, seguindo as palavras dum jornalista do Diário de Lisboa (2) «na possibilidade de então fazer com que a Igreja voltasse à sua primitiva pureza. Só arrazando tudo! E

isso impedia-o o respeito pela autoridade legítima». E o bom do arcebispo «voltou para a sua diocese e para os seus padres, enquanto a Igreja seguia o seu curso».

Liberalismo

Entre o fecho do concílio de Trento (1563) e o concílio seguinte — Vaticano I (1870) — medeiam cerca de dois séculos. O pensamento português, através a evolução da história da Igreja, desde a implantação do tribunal da Inquisição até à revolução liberal, sofreu, sempre, numa ansia de expansão livre das suas aspirações, as limitações que lhe foram criadas.

A nossa mentalidade do século XIX resente-se desta herança. Porém, sacudida aqui e ali por homens da envergadura dum Herculano, dum Garrett e dum Junqueiro, ia-se definindo como liberal e anti-ultramontana e reagiu indignada contra o Syllabus do Papa Pio IX (1864), contra o dogma da Imaculada Conceição de Santa Maria, contra a infalibilidade papal e contra certas determinações do concílio do Vaticano I. Desejava-se neste concílio para a Igreja o controle de toda a cultura e de todo o sistema de educação e rejeitava-se toda a ideia de tolerância.

O bispo de Viseu, D. António Alves Martins, estando presente em Roma por ocasião das festas do centenário de S. Pedro e S. Paulo (1867), como acontecera já com Lutero no século XVI, não se conformou com o que ia observando, contrário ao seu espírito liberal. E em protesto deliberadamente aberto, não assinou uma mensagem de saudação que os bispos, ali reunidos, haviam decidido enviar a Pio IX e em que se faziam alusões ao dogma da infalibilidade papal e ao poder temporal do Papa, que, mais tarde, 3 anos depois, no concílio do Vaticano I, havia de ser votado.

Tudo isto influenciou o nosso País, que se agitava entre o reaccionarismo e o pensamento liberal, entre o ultramontanismo e o espírito livre da Igreja Lusitana, de que D. Alves Martins era manifestamente um defensor.

Restauração da Igreja Lusitana

Foi neste clima de luta, que em 1880 surge a restauração da Igreja Lusitana, de que o Cavaleiro de Oliveira havia falado tanto, como possível, então, num futuro próximo. Cem anos não é demais na História. Mas infelizmente este notável acontecimento não tomou as proporções que seria para desejar. Não encontrou o eco que poderia pensar-se da parte do povo português. Outros factores concorreram para que a sua acção fosse circunscrita a uma pequena minoria, ainda que valorosa, firme e cheia de fé e de entusiasmos.

Deste grupo, faziam parte alguns padres saídos da Igreja de Roma, os quais elaboraram uma liturgia reformada com alguns elementos das liturgias Bracarense e Moçárabe. Proclamaram claramente que não desejavam fundar uma nova religião, mas somente reivindicar as liberdades da Igreja Lusitana, por tanto tempo sujeita ao jugo estrangeiro de Roma, e difundir por todo este País uma doutrina que fosse Católica e Apostólica, numa Igreja Portuguesa e não «Romana». O movimento era essencialmente católico e nacional. E igualmente reformador.

Esta Igreja, presentemente, conta com 2 bispos sagrados (um dos bispos já atingido pelo limite de idade, mas ainda em pleno vigor do seu espírito), e um clero dedicado.

Rev. Dr. Octacílio M. da Costa

O Brasil está no coração de todos os portugueses, como um pai que ama o seu filho. E os filhos não têm sido ingratos. Os trabalhadores portugueses que ali trabalham com os trabalhadores brasileiros, como irmãos, sem se sentirem estranhos, são um símbolo bem frisante dessa união de sangue e dessa amizade.

O dr. Octacílio M. da Costa, filho de portugueses, oriundos de Trás-os-Montes, sentiu bem esse saudosismo. E desde os primeiros números do «Despertar» nos escreveu, manifestando o desejo de cooperar connosco no que pudessem. Enviou-nos literatura, relató-

rios, várias informações de que tínhamos mister para um esclarecimento mais perfeito da Igreja Irmã. E finalmente aceitou o convite para correspondente do nosso jornal, tendo-nos enviado preciosas notícias cheias de interesse.

Em reconhecimento, o Sínodo da Igreja Lusitana, convidou oficialmente o dr. Octacílio a vir-nos visitar. E a sua vinda deu-se neste último Outubro. O dr. Octacílio visitou todas as paróquias da Igreja Lusitana e falou em algumas delas sobre a Igreja Brasileira e sobre o seu trabalho particular na «Cidade dos Meninos de S. Paulo»,



O rev. dr. Octacílio numa celebração campal com os seus rapazes.

Futuro da Igreja

Confiamos nas palavras do Papa João XXIII. Um passo em frente se está a dar certamente com o concílio Vaticano II, para a união e compreensão de todos os cristãos. Estes poderão de certo estender mutuamente os braços se se estabelecer, como rogamos a Deus, um clima de amor, tolerância, compreensão, liberdade e respeito pelas particularidades de cada Igreja Nacional. E se estas também, por sua vez, sentirem o dever de acatar as deliberações dos concílios livremente constituídos por clero e leigos. Portugal e todo o Mundo ganharão com semelhante atitude. A Igreja mantendo-se baseada na Bíblia sacrosanta, suprema regra de fé, tornar-se-ia verdadeiramente Católica e Apostólica e abraçaria, sem divisões, todos os cristãos.

Paulo Agostinho

(1) Ver História da Igreja Lusitana do Bispo Eleito Rev.º Joaquim dos Santos Figueiredo.

(2) — O Concílio Ecuménico, Diário de Lisboa 10 de Outubro de 1962.

em Petrópolis, trabalho importante para pequenos delinquentes e abandonados.

No Porto, houve uma recepção especial, na residência do rev. dr. Daniel de Pina Cabral em que estavam presentes todos os ministros do Norte, o capelão local da Igreja Anglicana, o presidente da A. C. M. do Porto, e alguns leigos representativos das várias paróquias.

Com o dr. Octacílio abordou-se assuntos do maior interesse para as duas Igrejas irmãs entre os quais, a necessidade duma maior cooperação, a vantagem de visitas mais frequentes, a utilidade da divulgação da literatura de ambas as Igrejas, a possibilidade de publicações em conjunto, como Hinário e

Continua na página 11

UMA ATITUDE QUE FEZ DESPERTAR O MUNDO

Poderia parecer à primeira vista que este artigo do nosso prezado colaborador, há muito retido na nossa redacção, seria inoportuno nesta altura do Concílio. Mas é precisamente neste momento histórico que precisamos não esquecer o que somos e por que existimos separados.

Certamente a Igreja de Roma dá um passo em frente; todas as Igrejas Reformadas o reconhecem. Mas não podemos deixar de olhar para o passado e ter bem presente a sua lição. Lutero, foi um grito de alarme dentro da Igreja, desviada, então, do seu verdadeiro caminho. Os grandes dignatários na sua alta hierarquia não quiseram ouvir a voz de um dos seus humildes servidores. Mas é curioso! Foi este acontecimento da Igreja, que acordou as consciências adormecidas dos povos no sentido da sua libertação. A queima da bula da excomunhão foi bem um marco na História da Humanidade, na sua luta pela emancipação.

Este Concílio, pensamos nós, é ainda uma vitória da Reforma. O discurso do Papa João XXIII é cheio de tolerância e revela bem patente um sentido reformador. Até que ponto poderão ir os seus desejos e os de um grupo de bispos liberais dentro do Concílio, não sabemos. Mas o que até agora se fez foi já bastante e augura bons resultados futuros.

E' possível que desta vez os altos dignatários da Igreja possam ouvir o eco longínquo da voz de Lutero na Dieta de Worms, desde então até agora ainda sem resposta por parte de Roma.

N. R.

Lutero é aquela figura extraordinária da Reforma. Lutero, monge dominicano, fora a Roma em peregrinação e de lá viera afrontado por tantos erros, por tanta miséria moral que observara. Regressado a Wittenberg começou logo por publicar os seus pensamentos e comunicar aos outros homens e seus irmãos, aquilo que mais o ferira e que mais o impressionara.

As indulgências ordenadas pelo Papa, isto é, o arrependimento, o apagar por assim dizer de todas as faltas, à custa de uns escudos, era uma monstruosa coisa que não poderia ser aceite por aquele espírito impregnado de verdadeiro pensa-

mento cristão. Roma então que traía os princípios verdadeiros de Cristo não podia mais merecer palavras de perdão e de concordância, mas antes palavras de repulsa, palavras de protesto. Este falar, esta reacção de Lutero mereceu do Papa a excomunhão. Não podia ter acontecido outra coisa. A excomunhão veio, a excomunhão lançada na bula pontifícia, foi levada até Lutero. Mas Lutero, digna e nobremente, senhor de uma verdade que estava dentro da sua alma, senhor dos princípios de pureza que formavam o seu carácter, não podia transigir de qualquer forma com esta bula, e queimou-a, indignadamente, à porta da Igreja de Wittenberg.

Aconteceu isto no dia 10 de Dezembro de 1520, três anos depois do seu primeiro protesto. Diante de um grande concurso de povo, Lutero não hesitou. Sereno, queimou o decreto pontifício. E Wittenberg olhou-o e aclamou-o. E o Mundo inteiro o olhava igualmente espantado. O Papa todavia de início nem sequer pensava nas consequências extraordinárias que estas aclamações pudessem provocar.

O Papa contava que toda a gente contrita tivesse censurado e desaprovado ao pensador Lutero o seu gesto de revolta e de indisciplina. Mas não foi assim felizmente. O queimar da bula à porta da Igreja de Wittenberg, era o toque de alvorada, era o grito do despertar das nações.

Mas o acontecimento mais eloquente e imperecível na história de Lutero, quando ainda no início do seu combate, foi a atitude desassomburada, heróica, destemida que teve na Dieta de Worms.

Carlos V havia-o convocado a comparecer em Worms, para que ali se explicasse e, em discussão com os núncios pontifícios, com os grandes homens da Igreja, escolhidos pelo Papa pelo seu saber, pelo seu poder, pela sua argúcia e pela força da sua argumentação e dialéctica, pudesse ser levado a recuar, a renunciar a tudo o que havia proferido contra os desmandos, contra a ignomínia dos seus acusadores.

Para aparecer, porém, diante de Carlos V, na presença dos grandes da Alemanha, dos seus príncipes e dos delegados pontifícios, perante a força que parecia querer esmagar o pobre filho dum mineiro, era necessário ter audácia, era necessário possuir uma coragem indómita. Naquele lugar ia-se julgar a sua própria vida que ele arriscava na defesa dum Ideal, na defesa da Verdade de que Deus o inspirara.

Alguns amigos de Lutero, receosos do que pudesse acontecer, foram ao seu encontro e rogaram-lhe que não comparecesse, que não se expusesse a uma cilada que, certamente, os senhores, os dignatários da Igreja e do Estado lhe podiam preparar para o levar à fogueira como acontecera a João Huss. Mas Lutero respondeu virilmente a estas palavras de desencorajamento, a estas palavras de receio dos seus amigos: «Não, eu irei. nem que haja lá para se me oporem tantos diabos como de telhas tenham os seus telhados». E Lutero foi. E à sua chegada, a população, ou antes, muitos da população para falar com mais propriedade, os que eram corajosos, os que não eram tímidos, os que não receavam as ameaças nem as ciladas dos grandes senhores, recomendaram-lhe, pediram-lhe, conjuraram-lhe que não desertasse, que não se desdissesse, que não renunciasses àquilo que já tinha afirmado. Estes eram homens de carácter, eram almas que já tinham sido tocadas pela graça divina. Já eram possuidores de uma verdade que era preciso proclamar aos outros homens para desfazer o erro. E Lutero foi firme! De pé durante duas horas ele discutiu com esses magnates da Igreja e do Império, com esses altos luminares da ciência teológica romana.

Lutero durante a discussão manteve que toda a sua argumentação se baseava nas Escrituras Santas; e convidou os seus opositores, numa verdadeira reptação, a que, por provas tiradas da Bíblia e por claros e justos raciocínios e argumentos bem fundamentados, lhe expuzessem as suas razões. Só assim, perante essas razões, ele poderia reconsiderar.

Como essas provas não lhe foram dadas, Lutero não recuou. E por não ser seguro nem prudente fazer algo contra aquilo que a própria consciência lhe ordenava, disse finalmente já cansado de tanta luta e discussão, mas com serenidade e confiança: «Eu estou aqui de pé, só, diante de todos vós. Nada mais posso fazer. Porém sei que Deus me assiste neste momento».

Thomas Carlyle, o grande pensador escocês do século XIX, altamente comovido por esta cena, sentiu profundamente a grandiosidade do momento, deste minuto solene. «O minuto... mãe dos séculos!» São dele estas palavras: — «O grande momento da história dos homens foi esse em que Lutero compareceu na Dieta de Worms. O puritanismo, a Inglaterra e os seus parlamentos, a América e a obra vasta de dois séculos, o movimento liberal, a Europa e a sua obra presente por toda a parte, o germem de tudo, jaz ali. Se Lutero nesse momento agisse doutra maneira, se fraquejasse, outras seriam sido as consequências.»

Atanásio

Administração

No Rescaldo da Primeira Fase do Concílio

Com o número 41 o *Despertar* termina 12 anos de existência. O 1.º número saiu em princípios de 1950, como simples órgão do Movimento de Revigoração da Igreja, (MORI) movimento este consequência das Conferências em Prol da Igreja (CEPI), realizadas em Janeiro de 1950. Só em 1957, o Sinodo, mercê da importância que o jornal ia tomando, resolveu torná-lo Boletim Religioso da Igreja Lusitana.

Dirigido por dr. Leopoldo de Figueiredo, tem procurado interpretar as aspirações da Igreja, focando os seus problemas e dando oportunidade aos seus leitores de exporem com liberdade e isenção as suas próprias ideias.

A Administração tem lutado com dificuldades. Deficits difíceis de resolver. Falta de compreensão, «incompreensíveis». Mas esperamos que os nossos leitores possam remediar, pela sua parte, estes obstáculos, enviando desde já a sua anuidade para 1963, que este ano mercê da carestia do papel, é elevada para 15\$00. Espera-se também que todos se esforcem por propagá-lo entre os seus amigos, fazendo assim a sua necessária divulgação.

Durante este ano de 1961 tivemos três números especiais com 12 páginas: um dedicado ao Conselho Mundial, outro à sagração do nosso Bispo, e este número ao Concílio Ecuménico. Esperamos que todos os nossos leitores nos façam justiça e nos perdoem a impertinência dos nossos pedidos.

Aproveitamos a oportunidade de nos dirigirmos aos nossos leitores, para homenagearmos o nosso querido Irmão, Sr. Joaquim de Pina Cabral que, por motivo de doença, deixou as lides da administração, sendo substituído pelo rev. Venâncio de Oliveira. Durante todo o tempo em que trabalhou neste boletim, aquele nosso irmão deu o melhor do seu esforço e entusiasmo, cobrindo muitas vezes do seu próprio bolso, os deficits que iam surgindo pelo esquecimento involuntário de tantos de nós. Sentimo-nos gratos por toda sua dedicação e competência

EDITORIAL

Continuação da página 1

Apresentamos apenas nesta coluna os tópicos deste importante acontecimento da hora presente. Os nossos colaboradores e os nossos leitores completarão, meditando em espírito compreensivo, o que há a realizar na Seara do Mestre. A noite está a chegar!

Quando este periódico começar a ser distribuído, o Mundo inteiro se interroga, com justificada curiosidade, qual será o resultado deste concílio. Mudar-se-á o comportamento da Cúria romana numa maior compreensão da larguesa do Reino de Deus ou, mais uma vez, a Igreja Romana irá fechar-se numa cidadela?

E a esperança e o pessimismo se alternam conforme se ouvem, ou os liberais ansiosos de uma maior catolicidade, ou os integristas, limitados pelo fanatismo ultramontano.

E é assim que de um lado nos chegam relatos de uma compreensão maior da universalidade da Igreja, como, entre muitos outros, o do jesuíta De Vries que admite ser necessária uma descentralização e ao mesmo tempo uma independência relativa e uma certa autonomia das diferentes Igrejas particulares; o do «Temoignage Chrétien», hebdomadário católico de Paris, de que a escolha dos membros das comissões, a mensagem dos Padres à Humanidade, e a opinião, várias vezes repetida, da vantagem dum maior liberdade das dioceses, constituem sem dúvida um desprendimento das restrições que a Cúria romana desejaria impor a este concílio; e finalmente o parecer do jornal «Le Monde», jornal parisiense de crítica, bem conhecido, de que o governo central da Igreja, tal qual existe presentemente, é impossível que continue a sobreviver.

Mas o que se passa no outro lado? O que nos chega aos nossos ouvidos é desanimador. Continuemos — assim pensam, a esperar que (1) «a Cristandade se robusteça e dinamize, para no amor à verdade aceitar na sua totalidade as exigências da doutrina» (a católica romana exclusiva e ultramontana, assim o compreendemos) «não como peso de opressão, mas como libertação e exaltação do espírito.» E tudo isto dito num azedume pouco reprimido à geração de 70 a quem «por mais benevolamente que se queira fazer a história e interpretar os acontecimentos, não é possível irresponsabilizar da confusão nacional». Alexandre Herculano, cristão sincero e velho-católico,

igualmente não foi poupado. E, oh, triste ironia do destino, toda esta crítica mordaz proferida numa casa que tem o nome dum grande escritor que pertenceu a essa geração, que bem fustigou a intolerância da Igreja, a doutrina ultramontana, o Syllabus de Pio IX, o dogma da Imaculada Conceição, a infalibilidade do Papa, etc. De certo, o conferencista, por todas estas razões, não podia de forma alguma lamentar a indiferença da geração de 70 ao Concílio do Vaticano I, tão pouco tolerante e tão pouco liberal.

Mas nesta confusão de momento, uma coisa é certa. É que o concílio do Vaticano II em nada se parece com o seu antecessor. A maioria das mentalidades é outra, o mundo é diferente, o clima mais ameno e conciliador. Neste concílio, 40 observadores protestantes estão presentes, recebidos com as maiores atenções pelo Papa João XXIII e pelo Cardeal Bea. E não se pense que são um peso morto, numa função meramente figurativa. São constantemente interrogados, consultados pelos Padres conciliares durante as discussões, e uma vez por semana convidados a reunirem-se para, com maior liberdade, falarem sobre os esquemas em questão.

Quão diferente, de facto, do outro concílio, reunido há cerca de 100 anos, que fez calar o bispo Strossmayer quando este quis defender os protestantes de injustas acusações!

O citado conferencista diz que é necessário esperar. Estamos de acordo. Porém, não é pela mudança dos princípios da Reforma, no que diz respeito à sua base doutrinal nos Evangelhos, ao livre exame, à libertação dum poder central dominante, mas sim esperar que a cristandade compreenda a verdadeira catolicidade da Igreja Apostólica, único elo de ligação e de amor entre todos os que, em plena liberdade, confessam Cristo como seu Salvador e Mestre.

L. de Figueiredo

(1) «Novidades» 13 de Dezembro de 1962. «Da Geração de 70 ao concílio da Esperança». Conferência no Círculo Eça de Queiroz por Mons. Moreira das Neves.

NÃO irei fatigá-los com considerações sobre o que é um concílio ecuménico ou sobre as características especiais do II Concílio do Vaticano, nome por que vai ficar a ser conhecida na História a magna Assembleia dos Bispos da Igreja Latina, agora reunidos em Roma. A imprensa disse já mais do que o bastante, para elucidar ainda o mais leigo nestes assuntos.

Já não sucede o mesmo com aquilo a que se costuma chamar «ecumenismo» — ou Movimento Ecuménico, e que é pelo menos tão importante como o actual concílio, pois se este afecta a grande Comunhão Calólica Romana, que constitui cerca de metade da cristandade, no Movimento Ecuménico incorpora-se praticamente, a outra metade.

DIVERGÊNCIA E DIVISÃO

A história das divisões entre os cristãos, é, por muitos motivos, a história duma das grandes tragédias da Humanidade, embora à primeira vista não o pareça. Suponho que a narrativa das lutas entre os cristãos, diverte por vezes os agnósticos e os materialistas, que sentem, por causa dessas lutas e das contradições que elas envolvem, reforçada a sua posição negativa. Vendo porém bem as coisas, não se deviam regozijar. Afinal, se os cristãos, a começar por mim, fossem todos o que deviam ser, o Mundo seria um lugar muito melhor do que é, e os descrentes acabariam por lucrar também com isso.

Naturalmente, ninguém pretende que os cristãos tenham todos a mesma opinião sobre todos os assuntos, nem mesmo na própria Comunhão Católica Romana. Não é segredo para ninguém que no actual concílio se defrontam duas fortes correntes: Uma «progressiva», como ela é conhecida, partidária das grandes reformas e da descentralização; a outra «conservadora», oposta, a todo o transe, a tudo que seja inovação, favorecedora da manutenção ou talvez mesmo do endurecimento do totalitarismo administrativo da Cúria Romana. *A vida traz inevitavelmente a divergência.* Mas infelizmente a divergência acarreta muitas vezes consigo a desunião.

Atribui-se a Sto. Agostinho certa máxima que, devidamente atendida, talvez tivesse impedido

que a divergência se tivesse tornado tantas vezes em desunião. É a conhecida frase «Unidade no essencial; liberdade no duvidoso; caridade em tudo». Não impediu, este conselho tão sábio, que os cristãos se desunissem; mas a frase tem ao menos o triste valor de nos dar a chave das suas desuniões. Além das manifestações de orgulho pessoal, de circunstâncias raciais, de conveniências políticas que condicionaram uma boa parte das divisões entre os cristãos, podemos dizer que elas foram acima de tudo, causadas, e têm sido até aos nossos dias aprofundadas, por se querer tornar essencial o que não o é; por se considerar de menos importância aquilo que de facto era essencial e, muito principalmente, *por se ter posto de parte a caridade* que tudo devia informar entre os cristãos.

CAUSAS DAS DIVISÕES ENTRE OS CRISTÃOS

Não falando das pequenas seitas que em todos os tempos surgiram à margem da Igreja, as grandes divisões entre os cristãos, deram-se em duas grandes fazes: A primeira teve lugar no século XI, foi a separação entre o Oriente e o Ocidente, entre as Igrejas que constituíram a Comunhão Ortodoxa, e as que ficaram em comunhão com a sé Romana. O pretexto fora... uma palavra, «filioque», *uma palavra apenas*, que a Igreja Latina havia introduzido no Credo. A razão porém era a recusa de aceitar «de iure divino» aquilo que durante séculos fora já de mau grado aceite «de facto»: a primazia de Roma sobre Constantinopla. Que nunca no Oriente o primado de Roma fora aceite como de instituição divina, confessam-no hoje vários escritores católico-romanos (1).

A segunda grande divisão deu-se no século XVI, foi a separação entre o Norte e o Sul — a Reforma. A fúria que fez deflagrar o incêndio, foi constituída pelos abusos de Tetzel na pregação das indulgências e pela afixação das 95 teses de Lutero condenando-as. Todavia, a corrupção do clero do tempo, as ambições dos príncipes e o formalismo morto em que caíra a prática da religião, eram material bem inflamável, já preparado havia muito.

Esta segunda divisão teve, contudo, consequências mais extensas do que a primeira, visto que as

CONCÍLIO ECUMÉNICO

Trechos da Palestra feita aos Rotários de V. F. de Xira, em 8/11/1962.

Igrejas nacionais que na Reforma se separaram de Roma, não ficaram a constituir uma só Comunhão como acontecera com as Igrejas Orientais; elas foram formar «grosso modo» três grupos, correspondentes mais ou menos a três escolas: O Luteranismo (nos países escandinavos e Alemanha); o Calvinismo (na suíça, Holanda, Esco-

ANTOLOGIA

O R A

A ti, meu bom Jesus, que of
A ti, repouso dos atribulado
A ti, glória do Céu, do infer

A ti peço perdão d
Mui dignos de temo
De mim pouco tem

Por eles, meu Senhor te vej
Crucificado nesse duro lenh
Por eles tardei tanto em te

Não me enjeites, m
A culpa de temor r
Segura-me a esper

Um novo coração me dá Se
O qual a ti só tema, a ti só a
A ti, meu Deus, meu Pai, m

Por ti suspire sem
Por ti me negue a
Por ti saudosas lág

A ti busque, a ti ache, a ti m
Com tão intenso amor, com
Que nunca mais de ti me de

Muito pedi, Senhor
Tão pouco, que te
Se o teu muito ao

Esta alma, tantas vezes desv
Do caminho do Céu, tu enca
Que se por ti não vai, vai m
Doce Jesus, doce esperança

O E ECUMENISMO

Revmo. D. Luis Rodrigues Pereira

cia e França); e o Anglicanismo, na Igreja de Inglaterra. Esta última foi a mais conservadora, sempre se considerou uma Igreja Católica Reformada, e sob alguns aspectos, está muito mais próxima dos Católicos Romanos e Ortodoxos do que das restantes Igrejas saídas da Reforma usualmente chamadas Protestantes.

No entanto, a Comunhão Católica Romana também não escapava ao triste mal do divisionismo. No Século XVIII na Holanda, e no Século XIX na Alemanha, na Áustria e na Suíça (e no Século XX na América do Norte) comunidades numerosas separaram-se formando a Comunhão Velho-Católica; as do século XIX fazendo-o por não poderem aceitar o novo Dogma da Infalibilidade papal; movimento análogo de leigos e sacerdotes portugueses deu lugar à restauração da actual Igreja Lusitana.

Entretanto, nos países onde se dera a Reforma, à margem das Igrejas Nacionais, que eram quase todas, Igrejas dos respectivos Estados, formaram-se várias outras confissões; algumas por motivos fúteis, de pormenor sem importância; outras por razões mais profundas, discutíveis como tudo, mas evidentemente respeitáveis.

Há ainda outro facto para o qual devo chamar a vossa atenção, o qual torna o problema das divisões entre os cristãos ainda mais complicado. É que à margem das causas aparentes ou reais das várias divisões, formaram-se posteriormente determinados esquemas, doutrinais, sentimentais, e sociais, o que fez com que muito embora as causas da divisão tenham em muitos casos desaparecido completamente, as barreiras permanecem, robustecidas ainda pelos anos, que lhes emprestaram um ar respeitável, o que torna mais difícil aos que nasceram e sempre viveram cercados por elas, consentirem de ânimo leve no seu derrubamento.

EFEITOS DAS DIVISÕES

Quando nos fins do século XVIII principiou a expansão missionária das Igrejas separadas de Roma, naturalmente as várias confissões transplantaram para as Terras de missão as interpretações do cristianismo que as caracterizava. *É então que o mal das divisões se mostra em toda a sua acuidade.* Já não é só o desperdício escusado de esforço pessoal e de dinheiro, que estava em causa. Estabelecendo-se a concorrência, onde devia haver apenas cooperação, a eficiência da propagação dos princípios cristãos, resentiu-se fortemente, como não podia deixar de ser.

Os cristãos enquanto divididos nunca terão muita autoridade junto das massas pensantes não cristãs. Grande poder tem de facto a mensagem do Evangelho, pois que apesar do péssimo reclame que os cristãos fazem do cristianismo, ainda em quase todos os seus ramos se vão dando conversões extraordinárias.

INÍCIO DO MOVIMENTO ECUMÉNICO

Sinto ter-me alongado tanto nesta recordação, de resto muito esquemática, das divisões que afligem o cristianismo; pareceu-me porém necessário fazê-lo para que pudessem melhor ter presente a cena em que surgiu e se desenrola o Movimento Ecuménico.

Tendo em vista que foi no trabalho missionário que o mal das divisões mais se fez sentir, não é de admirar que o movimento Ecuménico, como movimento de reunião que era, tivesse a sua origem no Grande Congresso Missionário das Igrejas da Reforma Protestante, que se realizou em Edimburgo em 1910. Como fruto da convivência que a grande Reunião de Edimburgo tornou possível, aparece em 1907 a Aliança Mundial das Igrejas para a Paz, em que pela primeira vez Ortodoxos colaboram com Protestantes e Anglicanos, embora numa organização em que não se entrava em linha de conta com as diferenças confessionais.

Seguem-se as conferências chamadas de «Vida e Trabalho» para estudo em conjunto dos problemas sociais; e finalmente as conferências que receberam o nome de «Fé e Ordem», onde, pela primeira vez, cristãos dos vários ramos, trocam impressões sobre os pontos que os dividem quer na doutrina quer no governo das respectivas Igrejas (daí o nome de «Fé e Ordem»), em espírito fraternal, sem se insultarem e sem o intuito de se converterem uns aos outros.

Com o propósito de alargar o âmbito destas conferências, formase enfim, o Conselho Mundial das Igrejas, que realiza a sua primeira Assembleia em Amsterdão em 1948; a segunda, tem lugar na América em Evanston, em 1954; e a terceira, na Ásia em Nova Delhi no ano passado. Suponho que a melhor ideia que lhes posso dar da crescente importância do Movimento Ecuménico, é mostrar-lhes o crescente interesse que ele tem mere-

DEVOCIONAL CÃO

endi tanto,
s,
no espanto;
os meus pecados
er e de chorar,
idos, e chorados.
o estar
o,
buscar.
eu Deus, se tarde venho,
ne está cercando,
ança que em ti tenho.
.....
nhor,
me.
eu Redentor.
pre, por ti chame,
mim, e tudo negue,
rimas derrame.
te entregue
tal vontade,
sapegue.
.....
, pouco mereço;
não mereço nada,
meu nada não dá preço.
iada
minha;
uito errada,
minha.

Diogo Bernardes (Século XVI)

cido à Sé Apostólica de Roma. Enquanto que houve proibição de assistência à Assembleia de Amsterdão, e apenas foi dada autorização a alguns para, *a título particular*, assistirem em Evanston, em Nova Delhi a Assembleia teve a alegria de receber cinco observadores nomeados *oficialmente* pela hierarquia Romana. Por outro lado, as Igrejas Ortodoxas «da cortina de ferro» que se haviam até ali conservado afastadas, pediram e obtiveram em Nova Delhi, o seu ingresso, como membros do Conselho.

DIRECTRIZ DO MOVIMENTO ECUMÉNICO

O Movimento Ecuménico tem três aspectos, aos quais correspondem as suas Secções fundamentais: UNIDADE, TESTEMUNHO e SERVIÇO.

A *Secção de Unidade*, continua as conferências de «Fé e Ordem» a que há pouco fiz referência.

Na *Secção de Testemunho* trocam-se ideias sobre os grandes problemas mundiais em relação com a liberdade de expressão e de culto, a guerra nuclear, a justiça social, etc., e procura-se acordo sobre a atitude comum a tomar a respeito destas questões. As igrejas cristãs esforçam-se deste modo, por cumprir, unidas, a sua missão profética de dar ao Mundo a interpretação cristã e a orientação cristã, nos acontecimentos contemporâneos.

A *Secção de Serviço* tem sobretudo por fim coordenar e orientar o auxílio das comunidades mais abastadas às mais pobres.

ECUMENISMO NA COMUNHÃO ROMANA

Do lado Católico-Romano, este espírito ecuménico de reconciliação, não ficou sem eco. Durante muito tempo, a única reacção da hierarquia Romana, perante o Movimento Ecuménico, foi a de recordar, que para ela só havia um tipo de união — a submissão pura e incondicional à Santa Sé Apostólica. Diga-se com verdade que Roma procedendo assim era coerente com a sua posição doutrinal.

Há cerca de trinta anos, porém, um humilde padre francês da Diocese de Lião, cujo nome é

hoje pronunciado com veneração e carinho por todos os cristãos que dele tiveram conhecimento, o Pe. Paulo Couturier, iniciou um tipo de ecumenismo católico-Romano que conseguiu galgar as mais altas barreiras confessionais e ter ao mesmo tempo a aprovação de Roma, de Constantinopla, de Cantuária, de Utreque e de Genebra, ou seja de Católicos Romanos, de Ortodoxos, de Anglicanos, de Velho-Católicos e de Protestantes de quase todos os matizes.

Os princípios desse ecumenismo Católico-Romano, são tanto mais notáveis, quanto o seu iniciador foi sempre absolutamente fiel e submisso à sua Igreja. São eles:

1.º — Em cada acto de separação houve sempre culpa dos dois lados, pelo que todas as confissões, a Católica Romana incluída, necessitam para se reunirem, de fazer autocritica do seu passado e do seu presente, arrependem-se e santificam-se em caridade e sinceridade.

2.º — Não se deve falar propriamente do regresso dos «irmãos separados», mas sim de *progresso* comum. Os vários caminhos de santificação, são convergentes. Portanto é avançando em convivência, em esforço de compreensão mútua, em caridade fraterna e sobretudo em aperfeiçoamento ou santificação pessoal, que a reunião se realizará, dizia o Pe. Couturier.

É curioso notar que tanto a Encíclica papal que convocou o Concílio, como os comentários que a essa Encíclica foram feitos pelos teólogos Católico-Romanos «progressivos», como o discurso do Cardeal Bea na recepção dada aos observadores não Romanos, estão de algum modo informados pelo mesmo espírito que orientava o ecumenismo do Pe. Couturier. É sobretudo notável o contraste entre o Concílio actual e os que o precederam, sobretudo, Trento e o I do Vaticano, neste ponto: Enquanto que os outros sublinhavam as suas decisões (tomadas em estilo de defesa e contra-ataque) com constantes anátemas, que significavam o completar do corte com os discordantes; neste Concílio há a preocupação de não to-

mar nenhuma decisão, sem ter em linha de conta as reacções desfavoráveis que provocará entre os «irmãos separados». Se esta atitude se mantiver, o Concílio será «ecuménico» no sentido reconciliatório mesmo para aqueles que lhe negam a ecumenicidade canónica.

ESPERANÇA ?

Claro, que esperar a reunião das Igrejas no fim do Concílio, é não ter a menor ideia da natureza dos problemas que essa reunião envolve.

O Concílio actual pode sem dúvida vir a constituir um grande passo no Movimento Ecuménico se a corrente «progressista» ali triunfar, sobretudo se abrir o caminho para que certas doutrinas inaceitáveis para os cristãos separados de Roma, forem expostas, de modo a caberem nos quadros teológicos das outras confissões. É natural que os padres do Concílio conheçam e meditem na frase do Pe. Congar, dominicano francês que tem estudado e vivido a fundo o ecumenismo: «Não esquecermos que em cada dois cristãos no Mundo, existe um não católico».

Sejam porém quais forem os resultados do Concílio, o Movimento Ecuménico, que sempre teve no seu alvo uma reunião de Igrejas que incluísse a Comunhão Romana, ocupou já em todos os campos, posições que não perderá. Trocou-se a controvérsia amarga e verrinosa, pelo diálogo digno e sincero; passou-se da perseguição mesquinha e das injúrias soezes à convivência fraterna e ao auxílio mútuo; substituiu-se o isolacionismo e a estreiteza de vistas, pela colaboração onde possível e pela abertura compreensiva.

+ Luis, Bispo

(1) Por exemplo, o Pe. Maurice Villain na sua Introdução ao Ecumenismo, pg. 122 da edição francesa (actualmente publicada em português com o Imprimatur):

«Nunca o Oriente havia tido consciência dum Primado de Direito Divino, concedido a Pedro por Cristo; pensava-se apenas que os sucessores de Pedro, mantinham o seu privilégio primacial por causa da situação privilegiada de Roma (assim julgavam Basílio, João Crisóstomo, João Damasceno)».

A Igreja Episcopal Brasileira

Por todos os motivos, temos o prazer de publicar este artigo sobre a Igreja Brasileira pela pena ilustre do rev. Duval da Silva, e que por se ter atrazado no correio, não pôde ser publicado no número anterior, como era nosso desejo. Este pequeno esboço histórico certamente irá interessar os nossos leitores, ciosos de conhecer melhor a Igreja irmã e as suas possibilidades extraordinárias, naquele país imenso de grande capacidade, como potência futura do mundo, que é o BRASIL.

N. R.

O episcopalismo surgiu no Brasil em 1890. Dois moços missionários norte-americanos, têm a glória de ser os seus iniciadores — revs. James W. Morris e Lucien L. Kinsolving.

A 1 de Julho do referido ano, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, realizaram eles o primeiro officio religioso.

Pouco tempo depois, mais três clérigos vieram cooperar com eles. E, assim, puderam ocupar mais algumas cidades. Com esses intrépidos pioneiros já trabalhavam catequistas nacionais, homens treinados pelos missionários para a obra do Evangelho.

Durante os primeiros nove anos da Igreja que nascia, além da sua expansão pelo interior riograndense, outros factos importantes marcaram o seu estabelecimento.

Foram ordenados os primeiros clérigos brasileiros, por bispos que visitaram o Brasil. Apareceu o «Estandarte Cristão», revista até hoje existente. Surgiu a Irmandade de Santo André, sodalicio masculino, e Sociedade Auxiliadora, para o elemento feminino. Foi feita a tradução do Livro de Oração Comum.

O facto culminante, no entanto, foi a eleição e sagração do primeiro Bispo, na pessoa do rev. Lucien L. Kinsolving. E com a ob-

tenção desse primeiro antiste, termina a fase inicial da vida da Igreja Brasileira.

A segunda fase, que se prolonga até 1925, foi ainda de maior progresso.

Ficou marcada essa fase pela construção de grandes e magníficos templos em diversas cidades. Emanciparam-se financeiramente as primeiras paróquias.

E a Igreja saiu dos limites do Rio Grande do Sul e penetrou os Estados de Santa Catarina e S. Paulo. Estabeleceu-se também na cidade do Rio de Janeiro, então a Capital do País. E iniciou, ainda, obra missionária entre os japoneses que, aos milhares, como imigrantes, se estabeleciam no Brasil.

Começou a funcionar o Seminário Teológico, instituição que tem formado a grande maioria do clero nacional.

Em Porto Alegre é estabelecido o Colégio Cruzeiro do Sul, educandário com já 50 anos de vida e que tem feito muito pela educação da mocidade episcopaliana e mesmo de fora da Igreja.

Dada a expansão do trabalho, foram criados os primeiros arce-diagados, com a finalidade de incrementar ainda mais o progresso do episcopalismo.

O número de clérigos era já de 25. Etendo crescido animadoramente a obra tão modestamente começada, um novo Bispo veio coadjuvar, na qualidade de Sufra-gâneo. Esse antiste era o revmo. William M. M. Thomas, missionário no Brasil desde o início do século, e que permaneceu entre os brasileiros 45 anos.

A terceira fase se estende até 1940. Sob a direcção do revmo. Thomas, tornado Diocesano, a Igreja consolidou então a sua obra.

Surgem várias novas paróquias. São criados inúmeras escolas e colégios. Aparecem as primeiras instituições de assistência social: orfanatos, albergues, asilos, cidades de meninos.

E no ano 1940, quando a Igreja completava 50 anos, na hoje Catedral da Ss. Trindade, em Porto

Alegre, célula «mater» da obra episcopal, foi sagrado o primeiro bispo brasileiro da Comunhão Anglicana — o revmo. Athalício Pithan.

De 1940 para cá o progresso tem sido assinalado. Vários outros Estados começaram a receber a visita de clérigos, e igrejas estão surgindo em diversos lugares. E, com elas, mais instituições de carácter educacional e assistencial.

Em 1950 foram criadas três Dioceses, sediadas respectivamente em Porto Alegre, Santa Maria e Rio de Janeiro, as duas primeiras no Rio Grande do Sul.

Ao completar a Igreja 70 anos de vida, realizou-se em Porto Alegre o 1.º Congresso Nacional. Milhares de pessoas se reuniram na Capital do R. G. do Sul, vindas muitas delas das mais distantes regiões do Brasil.

O programa foi extenso e imenso. Realizaram-se grandes officios religiosos, aos quais compareceram altas autoridades civis e militares.

Além dos bispos brasileiros e a quase totalidade do clero, compareceram também o revmo. Arthur Kinsolving, do Arizona, Estados Unidos, aliás filho do primeiro antiste da Igreja Episcopal Brasileira e aqui nascido, e o bispo Anglicano na América do Sul.

A Igreja Lusitana, firmada pelo Bispo Fiandor, enviou uma mensagem de saudação que foi lida aos congressistas juntamente com dezenas de outras enviadas de várias partes do Mundo.

Igrejas Evangélicas, com luzidas representações, participaram das solenidades.

Neste momento, cerca de 80 ministros trabalham na Igreja.

É um número apreciável, não há dúvida, mas ainda bem pequeno diante da vastidão do País e a sua população de mais de 60 milhões de pessoas.

O Brasil, na verdade, é um desafio à Igreja Episcopal e ela está procurando a ele responder o melhor que pode.

Rev. N. Duval da Silva

(Professor do Seminário Teológico de Porto Alegre).

Meditação sobre o silêncio divino

Dr. David Freire

Nietsche julgou, na sua prodigiosa clarividência de humanista, ter matado Deus. Consiste neste princípio essencial a sua teologia negativa: Deus morreu. Eis agora portanto a estatura humana a agigantar-se, entregue a si própria. Na verdade, que pensar do silêncio divino que nos rodeia? Por que razão não interfere abertamente no nosso destino o antigo Deus de Abraão, Isaac e Jacob? Acabaram-se de vez, definitivamente, as sarcas ardentés ou aquelas empolgantes percepções (verdadeiras ante a própria psicologia!) de um S. Paulo, de um S. Francisco ou de um S. Tomaz?

Onde estão os abismos visionários — de contacto quase concreto com a Divindade — da época neo-testamentária, da época medieval? E' vulgar ainda hoje encontrar uma alma mística esperando uma Graça que lhe corra através das percepções. E ela não vem (não vem, ó angústia!) não deverá talvez vir nunca. Deus parece dormir. Ignorar a dor, a guerra, a fome. Cala-se sinistramente, evita na Sua onipotente obstinação revelar-se-nos, impedir-nos o tropeção e a queda. Essa queda não é uma. Queda multimoda, vária. Nas pequenas, nas médias, nas grandes coisas. Perplexa perante tal silêncio se sente a pobre consciência humana. Não poderia Ele abrir caminhos a mais Cristos? Quão fácil Lhe seria um espectacular surto das nuvens! Onde a dificuldade para Deus, de um grito bem corpóreo, espantoso à maneira velho-bíblica, estarrecendo profetas, padres ou leigos?

O silêncio divino é porém uma tarrível realidade.

Mergulhado nos seus esquemas lógicos, atido à necessidade constante da explicação racional dos lastimáveis fenómenos morais deste Mundo em que vivemos, o homem que pensa e que quer crer sente-se dolorosamente atingido por este silêncio. Silêncio pesado, persistente e inexplicável. E diz: Deus dorme; ou reafirma cem vezes o princípio nietscheano: Deus morreu.

Contudo, é deste mesmo aterrador silêncio que se alimenta a

nossa liberdade. Por ele nos julgamos. Dá-nos energia e seiva, alimenta os nossos passos. Obrigamos a encarar o eu nas suas verdadeiras dimensões. Conheço-me, sei quais os rostos da minha alma graças à pausa imensa que à Revelação se seguiu. Pausa que é afinal não mais do que amorosa expectativa da Divindade.

O Pai aguarda que o Filho se decida depois de O haver ensinado, indicando-Lhe a estrada que deve seguir e amadurecendo-O para a luta. Cristo esperou, calou, em determinados momentos do Seu ministério. A cruciante pausa da Sua submissão perfeita antecedeu aquela hora em que o Pai podia (mas não quis) enviar as Suas doze legiões de anjos. Julgaram-se a si próprios, sob as asas do eloquente silêncio de Jesus, aqueles que pretendiam na sua estultícia pseudo-justiceira lapidar a mulher adúltera. Públicamente queriam justificar alguém. Enquanto o Mestre silenciava esperando e escrevendo na areia, justificaram-se a si mesmos. Poderia Ele pregar, como pregou na Montanha, fazer prodígios, durante a flagelação, ou subindo o Gólgota, ou agonizando na cruz? Não. Trairia nesse caso a Sua missão de dor, o Seu sacrifício necessário e fecundo, feito de humilhação e de silêncio pleno.

Sabemos que alguém reconheceu depois estar diante do Filho de Deus. Quem contribuiu violentamente para a Sua dor calada, atolou-se em treva, o que não significa que a pausa resignada, o amor sem palavras do sofrimento do Messias não o tenha mais tarde iluminado. Quão estéreis e inúteis, quão ridiculamente supérfluas e frívolas são as nossas palavras e acções embatendo no divino e expectante silêncio de que estamos rodeados! E' dentro dele e é por causa dele que nós sabemos que a Divindade espera um acto e uma entrega livres.

Não estudamos aqui o tema «Deus dependente de uma escolha» mas neste ponto da nossa meditação ele irrompe naturalmente. Diminuímos a Onipotência divina nalgum dos Seus aspectos, pelo facto de admitirmos esta dependência? De forma alguma. O gran-

de paradoxo que faz a nossa glória de homens em absoluto responsáveis e livres, reside aí. Ele pretende e realiza «ser dependente de uma escolha do homem».

Seria louco e absurdo negar o valor inúmeras vezes comprovado da oração, que leva a uma manifestação da Graça. «Batei e abrirem-se-vos-á». Mas quantas vezes à súplica mais sinceramente impregnada de pura fé se segue o nada? A ausência de resposta? Pediu-se luz e força, luz e força que venha do Alto e eis que nos vemos como que abandonados. Implorou-se vida e veio morte. Porquê?

Na alma do cristão que no silêncio se entrega e age, abrindo-se, humilhando-se, surge a resposta límpida: Deus não morreu. Vivo, espera sempre, rodeando do Seu amor calado o nosso gesto livre de reconhecimento do que somos e de aceitação tranquila do que Ele é.

Estandarte Cristão

O Estandarte Cristão órgão oficial da Igreja Episcopal Brasileira, dedica o seu número de Outubro à sação do nosso Bispo, D. Luís Pereira, que se realizou em 24 de Junho deste ano.

Todos os membros da Igreja Lusitana, que tiveram ocasião de ler este número, sentiram bem em seu coração, as palavras de amizade e de simpatia dos nossos irmãos brasileiros, aos quais «nos ligam vínculos históricos e afectivos», verdade esta que gostosamente repetimos pelo muito que significa.

A Igreja Brasileira, por duas vezes, por intermédio dos seus bispos, D. Plínio Simões e D. Egmont Kriskhke, transmitindo, junto com outros bispos, o munus apostólico aos bispos portugueses, foi verdadeiramente cooperadora na manutenção da catolicidade da Igreja Lusitana, Elo de Amor, dum significado espiritual transcendente, que perdurará para sempre na história da Igreja Católica Reformada em Portugal.

Por tudo o que este acto representa, a Igreja Lusitana se sente profundamente grata, e, daqui em diante e cada vez mais, animada na esperança certa duma maior estreitamento das suas relações e mais íntima cooperação na expansão do Evangelho nos dois países de língua Portuguesa.

A IGREJA LUSITANA ORA PELO CONCÍLIO

Sugeridos, pelo Cónego Pawley, representante dos Arcebispos de Cantuária e de York, junto do Secretariado para a Unidade em Roma, e recomendado pelo Bispo D. Luís Pereira, os motivos de oração que se seguem têm sido usados pelas congregações da Igreja Lusitana, todos os domingos desde que abriu o Concílio:

a) — ACÇÃO DE GRAÇAS

- 1) — Pelo facto de ter tido lugar a convocação do Concílio;
- 2) — Porque o Bispo de Roma o planeou com o desejo de facilitar a unidade dos Cristãos.

b) — INTERCESSÃO

- 1) — Pela direcção divina no curso das afirmações dogmáticas que nos possam dizer respeito;
- 2) — Para que tanto os delegados, como nós, como todos os homens, sejam cheios do espírito da Caridade;
- 3) — Para que a vontade de Deus seja feita;
- 4) — Para que a restante Cristandade seja movida por este espectáculo a reconsiderar a sua concepção de Unidade, tendo em vista a inclusão da Comunhão Romana;
- 5) — Para que todos nós recebamos a graça necessária a fim de que possamos corresponder às grandes oportunidades de renovação e reconciliação que a nossa época nos oferece;
- 6) — Para que aos profetas do nosso tempo seja dada a devida atenção, a fim de que não se perca nada daquilo que é antigo e bom.

O Bispo da Igreja Lusitana, no seu ofício aos seus presbíteros elucida: E' conveniente informar os fiéis de que duas fortes correntes teológicas, que existem na Comunhão Romana, se vão defrontar no Concílio: Uma, ultramontana, reacçãoária, intransigente; outra, aberta, liberal e evangélica. Esse facto mais nos deve levar ainda a orar para que o Espírito Santo faça triunfar o espírito de compreensão, de luz e de verdade.

Rev. Dr. Octacílio M. da Costa

(Continuação da página 3)

Livro de Oração Comum, a conveniência da vinda de ministros brasileiros aqui para estágio e a vantagem de candidatos portugueses ao ministério poderem frequentar seminários brasileiros, etc., assuntos estes que serão certamente depois estudados com cuidado e em pormenor pelos Sínodos das duas Igrejas.

O «Despertar» agradece ao seu ilustre redactor todo o interesse que tem tido por nós, o seu trabalho realizado como correspondente, e por fim a sua visita a Portugal, onde deixou muitos amigos.

Conciliaes Ecuménicos

- 1.º — Primeiro de Niceia (325)
- 2.º — Primeiro de Constantinopla (381)
- 3.º — De Éfeso (431)
- 4.º — De Calcedónia (451)
- 5.º — Segundo de Constantinopla (681)
- 6.º — Terceiro de Constantinopla (681)
- 7.º — Quarto de Constantinopla (681)
- 8.º — Segundo de Niceia (787)
- 9.º — Primeiro de Latrão (1123)
- 10.º — Segundo de Latrão (1139)
- 11.º — Terceiro de Latrão (1179)
- 12.º — Quarto de Latrão (1245)
- 13.º — Primeiro Geral de Lião (1245)
- 14.º — Segundo Geral de Lião (1274)
- 15.º — De Viena (1311)
- 16.º — De Constância (1414)
- 17.º — Quinto de Latrão (1512)
- 18.º — De Trento (1545-63)
- 19.º — Do Vaticano I (1870)
- 20.º — Do Vaticano II (1962)

O concílio de **Basileia** (1431-49), transferido para Florença (1434), não é tido como ecuménico.

Conciliaes Nacionais das Igrejas da Península Ibérica

Os conciliaes nacionais aparecem na História quando surgem as nações sobre as ruínas do império romano. A sua convocação e presidência pertenciam ao príncipe ou metropolitano mais autorizado.

Na monarquia Visigótica os reis vendo nos conciliaes uma grande força espiritual para os seus interesses e para os da nação, tinham o maior cuidado em os convocar.

Na cidade de Toledo, durante um período de três séculos, que vai até à invasão dos mouros, celebraram-se dezasseis conciliaes gerais, nos quais se debatiam as questões de carácter eclesiástico e também as de carácter civil. Estas assembleias, compostas de clérigos e de leigos, tinham uma feição completamente nacional, não se conhecendo então o que hoje se chama ultramontanismo, porque Igreja de Roma e Igreja Visigótica eram completamente distintas, e por isso essas notáveis reuniões ardiam em zelo patriótico e davam brilho à monarquia dos godos. O povo recebia a educação cristã da Igreja que era na verdade uma grande força espiritual, mas todas as corporações eclesiásticas estavam sujeitas à autoridade civil.

«A Igreja visigótica era pois completamente independente e católica, e enquanto se conservou fiel às doutrinas do Evangelho, a sua influência era salutaríssima, a sua obra cheia de vida.» (1)

O primeiro concílio da Península de que há memória certa foi o de Elvira, que é a moderna Granada. Realizou-se em algum dos anos compreendidos entre 300 e 304. Assistiram 19 bispos, 36 presbíteros, muitos diáconos e povo cristão. Dos bispos pertenciam 3 à Igreja Lusitana.

Foram muito numerosos os conciliaes que em Espanha se realizaram durante o século VI, entre eles os supra-citados conciliaes de Toledo.

O primeiro concílio de que há notícia no território que constitui o nosso País, é o de Braga, reunido em 561 e convocado com autorização do rei Teodomiro para solenizar a conversão dos Suevos. Nele se reuniram oito bispos. Em 572 reuniu-se o II concílio de Braga, com os dois metropolitano de Braga e Lugo, cada um com os seus cinco bispos sufragâneos. Em 675 reuniu o III concílio de Braga, presidido por Leodecisio, e a que assistiram os bispos de Sevilha, Tui, Britónia, Astorga, Orense, Lugo e Iria.

(1) — Do livro Factos notáveis da História da Igreja Lusitana de J. Santos Figueiredo

PELA IGREJA

Notícias de Portugal

Visitantes Ilustres

Estiveram entre nós durante o mês de Outubro dois ilustres clérigos da Igreja Episcopal Brasileira, o rev. dr. Octacílio M. da Costa, de Petrópolis e que havia sido convidado oficialmente pelo Sinodo da Igreja Lusitana a falar-nos da Igreja Brasileira e o rev. Del Nero, ministro da Igreja da Santíssima Trindade, em S. Paulo. O rev. Del Nero passava em Portugal, vindo de Roma, onde tinham assistido à inauguração do Concílio do Vaticano II. Entusiasta pelo movimento ecuménico, falou em algumas igrejas sobre a necessidade de animarmos os elementos da Igreja de Roma, aqueles que estão empenhados em reformá-la, e ajudá-los, pois a reacção é grande. O caminho é lutar e nada impedirá a onda de amor que existe em muitos, de ambos os lados. Só os loucos não se unem, afirmou este distinto clérigo, ao terminar as suas ilacções na Catedral de S. Paulo.

Esperemos que um maior intercâmbio se possa fazer entre estas duas Igrejas Irmãs e que tanto beneficiaria ambas. O Bispo D. Luís Pereira visitará o Brasil no próximo Abril e ali mais uma vez afirmará a vantagem de uma cooperação mais íntima, e, possivelmente, através estágios demorados do clero de um e doutro país

Recepção da Igreja Lusitana no Conselho Mundial das Igrejas

A Comissão Central do C. M. I. reuniu em Paris de 7 a 16 de Agosto p. p. e nessa Reunião, entre muitíssimas outras decisões e importantes trabalhos, recebeu como membro do referido Conselho a Igreja Lusitana.

Conferência de «Fé e Ordem»

De 12 a 26 de Julho do próximo ano, realizar-se-á em Montreal, Canadá, a Conferência de «Fé e Ordem» promovida pela Divisão de Estudos do Conselho Mundial das Igrejas. A Igreja Lusitana foi das convidadas a tomar parte naquela Conferência. O Bispo nomeou Delegado da Igreja Lusitana o rev. dr. Daniel de Pina Cabral.

Intercomunhão

Estão em curso as negociações de concordata de plena Comunhão entre a Igreja Lusitana, a Igreja de Irlanda e a Província Anglicana da África do Sul, que será o estabelecimento «de iure» do que já existia «de facto» há bastante tempo.

Semana de Oração pró-Unidade da Igreja (18 a 25 de Janeiro)

Ouvida a Comissão Permanente, o Bispo vai procurar promover, no mês de Janeiro (18 a 25), uma mais larga observação deste Octavário de Súplica, especialmente recomendado pelo Conselho Mundial das Igrejas, e observado em todo o Mundo por todas as Confissões Cristãs.

Convites ao Bispo da Igreja Lusitana

O nosso Bispo foi convidado pelo revmo. Bispo dos Libombos a visitar a sua Diocese, na nossa Província de Moçambique, e também a dirigir retiros para o clero no Norte e no Sul da mesma Província.

Foi também convidado a visitar, depois da Páscoa, as três Dioceses da Igreja Irmã do Brasil, e a tomar parte na Dedicção da Igreja da Ressurreição em Brasília.

Confirmações

Nestes últimos meses o nosso Bispo ministrou a Confirmação a 30 pessoas: 10 da Paróquia da Catedral de S. Paulo e 20 da Paróquia de S. Mateus, sendo 8 da Congregação de S. Mateus, 7 da Missão de S. Tomé (Castanheira) e 5 da Missão de S. Marcos (Salvaterra).

Também além dos seus serviços como Deão da Catedral de S. Paulo, o nosso Bispo substituiu o rev. Saul de Sousa na Paróquia de S. Mateus, quando das suas férias, e mensalmente tem ido celebrar à Paróquia de Cristo Remidor (Alcácer do Sal).

Escolas Dominicais

Promovidas pelo Bispo têm tido lugar alternadamente na Igreja de S. Pedro, Lisboa e na Catedral, reuniões mensais para instrutores das Escolas Dominicais das Paróquias de S. Pedro, da Catedral e de S. Mateus. Estes encontros têm sido muito animados e inspiradores.

Notícias Paroquiais

Paróquia de Cristo Remidor-Alcácer do Sal

Chegou finalmente a altura de consagrar o templo recentemente construído da Paróquia de Cristo Remidor nesta importante vila do Alentejo, e antigamente célebre no tempo da dominação romana. Esta dedicação terá lugar no próximo dia 13 de Janeiro do próximo ano. Está-se a preparar tanto no Porto como em Lisboa, excursões para permitir que os membros das igrejas do Norte e Sul do País possam assistir a este acto solene. A subscrição aberta no nosso jornal rendeu até hoje 210.468\$20, o que é insuficiente para o pagamento total da obra, motivo por que esperamos mais donativos ou em dinheiro, ou em mobiliário necessário. A ilustre família Pina Cabral ofereceu o Altar na importância de 1.700\$00. A Ex.^{ma} Sra. D. Ana de Pina Cabral, o púlpito na importância de 700\$00. A Ex.^{ma} Sra. D. Violet Hall de Figueiredo, dois lindos candeeiros para a igreja, na importância de 1.200\$00. O Ex.^{mo} Sr. Leonardo Ramalho Cardoso, uma mesa para a sacristia, no valor de 500\$00. Há outro mobiliário que pode ser oferecido, como atril, bancos candeeiros, órgão e pia baptismal. Quem deseja contribuir mais para esta igreja? A expansão da Igreja não se pode fazer sem o esforço dos membros.

Subscrição

| | |
|-------------------------------|-------------|
| Transporte | 210.288\$20 |
| Anónimo (Alcácer) | 20\$00 |
| Anónimo (Alcácer) entregue ao | |
| dr. L. P. | 100\$00 |
| Idalina Duarte | 60\$00 |
| A Transportar | 210.468\$20 |

A Ex.^{ma} Sra. D. Margarida Figueiredo Paulino satisfaz 100\$00 de seu compromisso anterior, já mencionado na nossa subscrição.

Paróquia da Catedral de S. Paulo

Ó bras:

Restaurou-se a Capela à entrada que tomará o título de S. Barnabé e numa dependência da qual será instalada a Capela mortuária. A Capela de S. Barnabé destina-se sobretudo a serviços de evangelização, porque estando situada próximo da rua pode, mais facilmente, atrair os que passam.

Restauraram-se ainda duas Capelas laterais do lado do Evangelho, que há muito estavam emparedadas, numa das quais será instalado o Baptistério, em memória dos Arcebispos Lord Planket e Gregg; a outra que terá o título de S. Timóteo ficará a cargo das crianças da Escola Dominical.

Também está a ser restaurada a casa do rés-do-chão da torre e a sala anexa, as quais servirão, respectivamente, de gabinete do clero e de secretaria paroquial. A Capela que actualmente está funcionando como sacristia e à qual já foi dado o título de S. Lucas, ficará a cargo dos médicos e estudantes de medicina da Igreja Lusitana, e servirá para celebrações e cultos de menor frequência.

Bszar

A Sociedade de Senhoras, sempre incansável realizou um bazar nos dias 7 e 8 do corrente, cujos resultados foram animadores, embora um pouco inferiores ao do ano passado.

Paróquia do Salvador do Mundo (Prado — V. N. de Gaia)

No dia 19 de Outubro agraciou Deus o Lar do rev. dr. Daniel de Pina Cabral, muito Digno Secretário Administrativo da Igreja Lusitana, com um menino. O «Despertar» felicita efusivamente o Casal de Pina Cabral, desejando-lhe e ao recém-chegado as mais copiosas bênçãos do Altíssimo.

No dia 2 do corrente, durante solene celebração da Sagrada Eucaristia, presidida pelo nosso Bispo, foi por este instituído Pregador Leigo, o Sr. Joaquim de Pina Cabral, o qual já há anos, com bastante dedicação e eficiência, exercia o cargo de leitor leigo. No desempenho do seu novo cargo deseja o Despertar ao Sr. Pina Cabral a continuação da bênção de Deus.

Paróquia de S. João Evangelista

Bazar — No Salão Paroquial, que foi restaurado, apresentando um belo aspecto, teve lugar, no dia 1 do corrente, um bazar a cuja abertura presidiu o Bispo, que ali se deslocara. Este bazar foi um êxito, pois rendeu cerca de 13.000\$00.